

Superior Tribunal de Justiça

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.366.313 - SP
(2018/0242634-4)**

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
REQUERENTE : VICENTINI CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI
OUTRO NOME : INDÚSTRIA DE CALÇADOS VICENTINI LTDA
REQUERIDO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SEVERINO DO RAMO CHAVES DE LIMA - PB008301
ANA PAULA D'AVILA DE SOUZA - DF031400
MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS E OUTRO(S) -
SP303021
RAFAELA FIGUEIREDO JORGE - SP377458
BIANCA DE AGUIAR FERREIRA - SP379843
INTERES. : EOLO JOSE VICENTINI
INTERES. : INAH ROMAO DE CAMPOS
ADVOGADO : REINALDO RODOLFO DORADOR - SP148567

DECISÃO

Cuida-se de pedido de gratuidade de justiça formulado por VICENTINI CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI (INDÚSTRIA DE CALÇADOS VICENTINI LTDA).

Intimada a comprovar o preenchimento dos pressupostos legais para o deferimento, tendo em vista que a ata notarial juntada às fls. 366/368 (e-STJ) - a qual informa que, no endereço da diligência, foram encontrados 3 grandes barracões vazios com alguns objetos abandonados e em péssimo estado de conservação - não é suficiente para comprovar a efetiva inatividade da empresa, a requerente limitou-se a afirmar que a referida ata notarial possui fé pública e atesta o encerramento das atividades da indústria.

Assim, nos termos do art. 99, § 7º, do CPC/15, INDEFIRO o pedido de gratuidade de justiça formulado.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora